



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS  
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

**ATA DA 18ª (DÉCIMA OITAVA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.**

Aos 23 (*vinte e três*) dias do mês de setembro do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 8h 30min. (*oito horas e trinta e cinco*), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 18ª (*décima oitava*) Sessão Ordinária Virtual da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. Francisco José de Oliveira Silva. Presentes à Sessão os Conselheiros Eliane Resplande, Maria Elineide Silva e Souza, Henrique José Leal Jereissati, José Alexandre Goiana de Andrade, Wander Araújo de Magalhães Uchôa e Marcus Mota de Paula Cavalcante. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. Ubiratan Ferreira de Andrade. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Silvana Rodrigues Moreira de Souza. Iniciada a sessão, foram aprovadas as resoluções referentes aos seguintes processos: 1/1542/18, 1/2686/17, 1/458/17, 1/1365/17 – Relatora: Maria Elineide Silva e Souza; 1/139/17 – Relator: José Alexandre Goiana de Andrade. Em seguida, passando à **ORDEM DIA**, foram anunciados os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/812/2018 – Auto de Infração: 1/201720793. Recorrente: EASY TÁXI AÉREO LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO WANDER ARAÚJO DE MAGALHÃES UCHÔA. Decisão:** Resolvem os membros da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Em referência à preliminar de nulidade por ausência de provas** – Foi afastada, por unanimidade de votos, tendo em vista que consta dos autos, CD com detalhamento das notas fiscais objeto da autuação. **2. Quanto à preliminar de nulidade suscitada por ausência de quantificação da base de cálculo** – Foi afastada, por unanimidade de votos, tendo em vista que a base de cálculo foi devidamente quantificada nos relatórios anexados aos autos. **3. Quanto ao pedido de suspensão da taxa recursal** – Afastado, nos termos do art. 48, § 2º, da Lei nº 15.614/2014, uma vez que não cabe ao Conat a análise deste tema. **4. Reenquadramento para a penalidade prevista no art. 123, VIII, “d”, da Lei nº 12.670/96 ou a prevista no § 12, do art. 123** – Afastada, por unanimidade de votos, uma vez que a infração sob análise possui penalidade específica na legislação vigente. **5. No mérito**, também por unanimidade de votos, a 2ª Câmara resolve negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/834/2018 – Auto de Infração: 1/201720780. Recorrente: EASY TÁXI AÉREO LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: CONSELHEIRA MARIA ELINEIDE SILVA E SOUZA. Decisão:** Resolvem os membros da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de

Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Em referência à preliminar de nulidade por ausência de provas** – Foi afastada, por unanimidade de votos, tendo em vista que consta dos autos, CD com detalhamento das notas fiscais objeto da autuação. **2. Quanto à preliminar de nulidade suscitada por ausência de quantificação da base de cálculo** – Foi afastada, por unanimidade de votos, tendo em vista que a base de cálculo foi devidamente quantificada nos relatórios anexados aos autos. **3. Quanto ao pedido de suspensão da taxa recursal** – Afastado, nos termos do art. 48, § 2º, da Lei nº 15.614/2014, uma vez que não cabe ao Conat a análise deste tema. **4. Reenquadramento para a penalidade prevista no art. 123, VIII, “d”, da Lei nº 12.670/96 ou a prevista no § 12, do art. 123** – Afastada, por unanimidade de votos, uma vez que a infração sob análise possui penalidade específica na legislação vigente. **5. No mérito**, também por unanimidade de votos, a 2ª Câmara resolve negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/815/2018 – Auto de Infração: 1/201721764. Recorrente: EASY TAXI AÉREO LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO JOSÉ ALEXANDRE GOIANA DE ANDRADE. Decisão:** Resolvem os membros da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Com relação à preliminar de nulidade suscitada por ausência de provas** – Foi afastada por unanimidade de votos, considerando que consta dos autos, planilha contendo a descrição das notas fiscais objeto da autuação. **2. Quanto à preliminar de nulidade suscitada por inadequação da metodologia utilizada** – Foi afastada, por unanimidade de votos, tendo em vista que foi utilizada metodologia válida, fundamentada no art. 34, Parágrafo Único, do Decreto nº 24.569/97. **3. Quanto ao pedido de suspensão da taxa recursal** – Afastado, nos termos do art. 48, § 2º, da Lei nº 15.614/2014, uma vez que não cabe ao Conat a análise deste tema. **4. Reenquadramento para a penalidade prevista no art. 123, VIII, “d”, da Lei nº 12.670/96** – Afastada, por unanimidade de votos, uma vez que a infração sob análise possui penalidade específica na legislação vigente. **5. No mérito**, por unanimidade de votos, a 2ª Câmara de Julgamento resolve negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado em sessão pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/864/2018 – Auto de Infração: 1/201721765. Recorrente: EASY TAXI AÉREO LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: CONSELHEIRA ELIANE RESPLANDE FIGUEIREDO DE SÁ. Decisão:** Resolvem os membros da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Com relação à preliminar de nulidade suscitada por ausência de provas** – Foi afastada por unanimidade de votos, considerando que consta dos autos, planilha contendo a descrição das notas fiscais objeto da autuação. **2. Quanto à preliminar de nulidade suscitada por inadequação da metodologia utilizada** – Foi afastada, por unanimidade de votos, tendo em vista que foi utilizada metodologia válida, fundamentada no art. 34, Parágrafo Único, do Decreto nº 24.569/97. **3. Quanto ao pedido de suspensão da taxa recursal** – Afastado, nos termos do art. 48, § 2º, da Lei nº 15.614/2014, uma vez que não cabe ao Conat a análise deste tema. **4. Reenquadramento para a penalidade prevista no art. 123, VIII, “d”, da Lei nº 12.670/96** – Afastada, por unanimidade de votos, uma vez que a infração sob análise possui penalidade específica na legislação vigente. **5. No mérito**, por unanimidade de votos, a 2ª Câmara de Julgamento resolve negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância, nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado em sessão pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Assuntos Gerais:** Esteve presente à sessão, a Sra. Maria de Lourdes de Albuquerque Andrade,

Conselheira Suplente, representante da Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 23 de setembro do corrente ano, às 8h30min. (*oito horas e trinta minutos*). E para constar, eu, Silvana Rodrigues Moreira de Souza, Secretária da 2ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pela Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

**Francisco José de Oliveira Silva**  
PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

**Silvana Rodrigues Moreira de Souza**  
SECRETÁRIA DA 2ª CÂMARA